

**LITERATURA-MUNDIAL, PÓS-MEMÓRIA E RESISTÊNCIAS  
PÓS-COLONIAIS EM *O CANTO DA MOREIA* (2019) DE  
LUÍSA SEMEDO E DE *AS NOVAS IDENTIDADES  
PORTUGUESAS* (2020) DE PATRÍCIA MOREIRA<sup>1</sup>**

*Margarida Rendeiro* (UNL / CHAM)

**ABSTRACT**

This article discusses Luísa Semedo's *O Canto da Moreia* (2019) and Patrícia Moreira's *As Novas Identidades Portuguesas* (2020) as expressions of world-literature. World-literature is a concept drawn from the work published by the Warwick Collective Research (2015) and understands the literature that conveys the world-system, simultaneously singular and deeply uneven. *O Canto da Moreia* and *As Novas Identidades Portuguesas* are two narratives that show intersectional gazes into the diasporic Cape-Verdean communities in the Portuguese society, not yet reconciled with its postcolonial legacy, being a fictional representation of the extent to which those communities have been affected by a capitalist system, grounded upon a patriarchal, neoliberal and neocolonial model that has shaped postcolonial Portuguese modernity and dehumanized Black subjects. It is argued that, in both narratives, literary aesthetics emerges as resistance to the consequences of that model. Hence, the concept of post-memory, widely discussed in academia since Marianne Hirsh's seminal work (2012) is particularly relevant for this article because these are narratives in which the transmission of memory, within the family and the community, emerges as resistance to collective forgetfulness. As Michael Rothberg (2009) argues, the collective memory should result from the negotiation of various memories and experiences of a heterogeneous community. As narratives written by Portuguese authors of African descent, historically absent in Portuguese literature up till the beginning of the second decade of 2000, that give protagonism to Black voices, Semedo's and Moreira's works show that overcoming specific silences about the colonial past can act as historical reparation, depending on whether these voices are given the possibility of evolving as historical subjects and agents of their own destiny. This also emerges as an ultimate form of collective resistance that rejects hegemonic narratives of collective memory and, within the wider discussion on reparations of postcolonial identitarian dynamics, contributes to define alternative and counter-hegemonic horizons that ensure the representativeness of the various subjectivities in the collective memory.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi escrito no âmbito do Projeto *Literatura de Mulheres: Memórias, Periferias e Resistências no Atlântico Luso-Afro-Brasileiro* (PTDC/LLT-LES/0858/2021).

Keywords: World-Literature; Luísa Smedo; Patrícia Moreira; Post-coloniality; Resistance; Silences.

## RESUMO

O presente artigo discute *O Canto da Moreia* (2019) de Luísa Smedo e *As Novas Identidades Portuguesas* (2020) de Patrícia Moreira como expressões da literatura-mundial. Explora-se o conceito de literatura-mundial, cunhado pelo Grupo de Investigação da Universidade de Warwick (2015) que a entende como aquela literatura que reflete um sistema-mundial simultaneamente singular e profundamente desigual. *O Canto da Moreia* e *As Novas Identidades Portuguesas* são narrativas que propõem olhares interseccionais sobre as comunidades diaspóricas cabo-verdianas na sociedade portuguesa ainda não reconciliada com o seu legado pós-colonial, representando ficcionalmente as várias dimensões em que aquelas comunidades têm sido particularmente afetadas por um sistema capitalista, assente num modelo patriarcal, neoliberal e neo-colonial que esteve na base da construção da modernidade portuguesa pós-colonial, desumanizadora dos sujeitos negros. Argumenta-se que, em ambas as narrativas, a estética literária se desenvolve enquanto resistência às consequências desse modelo. Por isso mesmo, é igualmente relevante para o presente artigo o conceito de pós-memória, amplamente discutido na academia a partir do trabalho pioneiro de Marianne Hirsch (2012), porque se trata de narrativas em que a transmissão de memória, no seio dos núcleos familiares e comunitários, emerge como forma de resistência ao olvido coletivo. Conforme argumenta Michael Rothberg (2009), a memória coletiva deve resultar da negociação das várias memórias sobre diferentes experiências de uma comunidade heterogénea. Ao dar protagonismo a vozes negras e tratando-se simultaneamente de obras literárias de autoria portuguesa afrodescendente, historicamente ausente da literatura portuguesa até ao início da segunda década de 2000, as narrativas de Smedo e de Moreira revelam como a superação de silêncios coletivos sobre o passado colonial pode configurar-se como reparação histórica, dependendo de a estas vozes lhes ser dada a possibilidade de se constituírem sujeitos históricos e agenciadores do seu próprio destino. Esta é igualmente uma derradeira forma de resistência que se recusa a participar nas narrativas de memória coletiva hegemónicas, revelando até que ponto o trabalho literário se torna fundamental para, numa discussão mais alargada sobre reparação de dinâmicas identitárias pós-coloniais, contribuir para definir horizontes alternativos e contra-hegemónicos que assegurem a representatividade das várias subjetividades na memória coletiva.

Palavras-Chave: Literatura-Mundial; Luísa Smedo; Patrícia Moreira; Pós-Colonialidade; Resistência; Silêncios.

Recebido em 7 de junho de 2022.

Aceite em 15 de outubro de 2022.

## Introdução

O trauma é como uma época, profunda e fiável, uma força contra a qual enclausuramos as nossas janelas.  
Mesmo quando passa, em pranto, encontrará o seu caminho selvagem de regresso ao nosso alpendre.

Excerto do poema “Pré-Memória” (Gorman 2022: 85).

O presente artigo enquadra uma leitura conjunta de *O Canto da Moreia* (2019) de Luísa Semedo e de *As Novas Identidades Portuguesas* (2020) de Patrícia Moreira no âmbito de uma discussão interseccional mais alargada sobre as implicações do legado pós-colonial para a imagem que Portugal construiu como nação depois de 1974 em torno de uma ideia de progresso e modernidade definidos eurocentricamente. As narrativas em discussão refletem a heterogeneidade autoral herdeira daquele legado, que se manifestou no mercado editorial português apenas durante a segunda década do século XXI, e que tem sido maioritariamente composta por mulheres luso-africanas e portuguesas afrodescendentes: Djaimilia Pereira de Almeida, Yara Nakahanda Monteiro, Gisela Casimiro, entre outras, a que também se juntam Luísa Semedo e Patrícia Moreira. *O Canto da Moreia* e *As Novas Identidades Portuguesas* constituem representações ficcionais da presença das comunidades cabo-verdianas em Portugal, contemplando o modo como as relações com a restante população portuguesa branca têm estado assentes em desigualdades várias. O presente artigo defende que ambas as narrativas colocam em perspetiva a construção da modernidade portuguesa, fundada no sistema-mundial capitalista, cuja expressão mais contemporânea assume um matiz neoliberal e neocolonial, ao problematizar o modo como a exploração da mão de obra precária, que lhe tem estado subjacente, atinge não exclusiva, mas sistematicamente pessoas negras cuja vulnerabilidade económico-social não se alterou radicalmente depois do fim do Estado Novo. A promoção da imagem de modernidade fundada na multiculturalidade revela-se frágil quando a tensão social, resultante da coexistência de diversas identidades étnico-culturais, reforça o seu desajustamento perante a realidade do país pós-colonial, desvelando até que ponto o passado colonial permanece fantasmagoricamente. Os fantasmas que assombram o presente podem ser vistos como “tentativas de representar sociedades que preparam o caminho para um futuro diferente”, afirma Paulo de Medeiros (2010: 15, tradução minha)

e é esse o potencial da representação ficcional que aqui também se propõe. Argumenta-se que a articulação estética da tensão pós-colonial em *O Canto da Moreia* e em *As Novas Identidades Portuguesas* permite lê-las como literatura-mundial, assumindo a crítica à sociedade portuguesa pós-colonial, em linha com a crítica mais vasta às sociedades pós-coloniais, colocando no centro da representação questões de resistência ao modelo neoliberal e neocolonial, protagonizadas por sujeitos negros, habitualmente desumanizados neste modelo e sistematicamente alterizados na literatura portuguesa de autoria branca. Conforme resume a historiadora Elizabeth Buettner, entrevistada por Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro, sobre aquela tensão:

As minorias étnicas pós-coloniais que à época residiam na Europa estavam para ficar, mas sofreram os efeitos do racismo e foram, em grande medida, tratadas como cidadãos e cidadãs de segunda classe ou como “estrangeiros com um passaporte” que, afinal, não mereciam. (Jerónimo e Monteiro 2020: 42).

Estas narrativas fazem parte do esforço recente de autoria luso-africana e portuguesa afrodescendente em recentrar a voz portuguesa negra, visibilizando-a no âmbito desta reflexão; afinal, como frisa Sheila Khan em *Portugal a lápis de cor*, são necessários:

Força e o fulgor de outras vozes, que apesar de omitidas e esquecidas no tecido pós-colonial português, permanecem longe de um olhar que as possa assumir e validar como portadoras de outras formas de pensar, analisar e mensurar o que é, actualmente, o estado de vivência da pós-colonialidade portuguesa (Khan 2016:119).

## **1. Literatura-Mundial e Desigualdades Combinadas Pós-Coloniais**

O conceito literatura-mundial explorado no presente artigo corresponde ao que foi definido pelo Grupo de Investigação da Universidade de Warwick (WReC), publicado em *Combined and Uneven Development: Towards a New Theory of World-Literature* (2015) que foi traduzido para português com a chancela da Unicamp Press, no Brasil, em 2020, com o título *Desenvolvimento Combinado e Desigual: Por uma nova teoria da literatura-mundial*. Aproximando-se da teoria do sistema-mundial, elaborada por I. M. Wallerstein (1990), e não indiferente ao conceito de modernidade singular cunhado por Fredric Jameson (2002), o WReC defende que literatura-mundial é aquela que reflete um sistema mundial “único e radicalmente desigual,

uma modernidade singular, combinada e desigual”, sendo uma “categoria analítica não centrada num julgamento estético” (WReC 2015: 49, tradução minha). Por isso, o hífen em literatura-mundial é o seu traço diferenciador que coloca este conceito em paralelo com a teoria de Wallerstein, assumindo-se a literatura como espelho de uma modernidade que comporta desigualdades simultâneas e afasta-o do conceito de literatura mundo, definido por David Damrosch (2003), indiferente à sua historicidade. É de salientar que, depois da publicação deste livro no Brasil, a teoria da literatura-mundial constituiu o eixo temático de discussão do número 40 da *Via Atlântica*, em 2021, organizado conjuntamente por Mário de César Lugarinho, Emanuelle Rodrigues dos Santos e Paulo de Medeiros, membro do WReC. Ao pensar a literatura de língua portuguesa como uma literatura semiperiférica no sistema-mundial, os editores deste número temático estimularam a discussão em torno desta literatura, “no seu ténue equilíbrio entre centro e periferia” e a forma como ela contribui para a “reconfiguração da Literatura-Mundial” (Lugarinho et al. 2021: 9). Afinal, como argumenta Medeiros, “nem a periferia é tão remota como seria de imaginar, nem o centro é tão fulcral como se costuma pensar” (Medeiros 2021: 218).

Esta teoria oferece instrumentos de reflexão úteis para a leitura de *O Canto da Moreia* e *As Novas Identidades Portuguesas*, na medida em que a pós-colonialidade revela-se como a experiência comum de um trauma assente na desigualdade sistémica, assente num sistema capitalista que sustentou a construção da modernidade. Em Portugal, reflete-se na experiência da discriminação étnico-racial que agrava desequilíbrios e que se manifesta nas desigualdades no tratamento social, no acesso de oportunidades e na invisibilização histórica que prolonga no tempo os desequilíbrios gerados durante o passado colonial. Configura-se, portanto, como uma outra face do trauma, invisibilizado e periférico, enquanto experiência enunciada na primeira pessoa, até ao aparecimento da autoria afrodescendente que complexifica este conceito, construído em torno da experiência de perda e da ideia de uma nação renascida a partir das ruínas com que a democracia portuguesa teve de lidar que já se configurava central nos contornos da memória coletiva portuguesa, mas que diz diretamente respeito à experiência e (pós)memórias das comunidades portuguesas afrodescendentes – as memórias dos imigrantes africanos e dos seus descendentes já nascidos em solo português depois das independências -, conforme ilustrado nas palavras de Patrícia Moreira, entrevistada aquando da publicação do seu romance:

Eu queria trazer essas histórias para a literatura. Foi algo muito espontâneo. [...] E percebi que, chegada à idade adulta, tinha respostas para algumas coisas que me aconteceram no passado. E quando comecei a partilhar esses acontecimentos, tive a confirmação de que eram essas histórias individuais que representam algo coletivo. ... E vemos que são camadas que vão passando de geração em geração, às vezes ficamos no silêncio, não temos respostas, e acho que podemos encontrar algumas dessas respostas neste livro. (Franco 2020: parágrafo 8).

Se a investigação historiográfica tem mostrado que a presença regular de comunidades africanas em Lisboa remonta ao século XV, ela também revelou que Portugal sempre foi um país dependente das colónias, quer no que diz respeito às indústrias extrativistas assentes nas colónias africanas, quer à mão-de-obra e mesmo depois das independências africanas, continuou a preencher as necessidades sentidas no continente, nomeadamente o recrutamento de mão de obra para dar resposta a uma intensificação da atividade na construção civil, obras públicas e setor industrial e compensar a diminuição da mão de obra local devido à guerra colonial e à emigração (Henriques 2021: 7; Buettner 2016: 200; Góis 2008: 12). Dados estatísticos recentes mostram que os cabo-verdianos constituem o terceiro maior grupo nacional de imigrantes estrangeiros em Portugal e o maior oriundo de um país africano (Eurocid 2020). É de salientar que grandes obras públicas, que têm contribuído para a afirmação da modernidade europeia de Portugal, contaram com a utilização desta mão de obra negra e precária oriunda dos bairros marginalizados da AML; a realização da Expo98, que envolveu a requalificação da zona oriental de Lisboa para além do período temporal do evento internacional é disso exemplo paradigmático.<sup>1</sup> Além disso, a população negra encontra-se igualmente sobrerrepresentada nos bairros informais construídos ao longo da Estrada Militar do Recinto de Segurança do Setor Norte, também conhecida como Estrada Militar Caxias-Sacavém ou Estrada Militar de Defesa de Lisboa.<sup>2</sup> As políticas municipais para a requalificação

---

<sup>1</sup> Consultar, a propósito desta temática, Ricardo Falcão. 2021. “Parque das Nações/Expo”. Artigo online integrado no projeto Remapping Memories: Lisboa-Hamburg, projeto plurianual do Goethe-Institut Portugal sobre “o colonialismo e a resistência anticolonial expressos nos vestígios em pedra e no “mapa mental” legado às populações”, com a coordenação do projeto em Lisboa assegurada por Marta Lança e Filipa Raposo. Disponível em <https://www.re-mapping.eu/pt/lugares-de-memoria/parque-das-nacoes-expo>.

<sup>2</sup> É um longo percurso que corresponde à terceira linha de defesa da cidade de Lisboa, de acordo com o plano definido em 1876, que se centrava no conceito de defesa ativa da capital. Esta linha foi integrada no Campo Entrincheirado de Lisboa que terminou de ser

de muitos desses bairros têm contribuído para perpetuar a racialização e criminalização desses bairros, (Alves. 2021: 67). A exclusão socioeconómica e a discriminação étnico-racial como formas pós-coloniais de violência são o *continuum* que percorre a construção da modernidade portuguesa e europeia.<sup>1</sup> Retomo as palavras de Buettner que enquadram estas vivências pós-coloniais portuguesas no panorama europeu mais alargado: “Mesmo hoje, as minorias nascidas na Europa são amiúde popularmente tidas como “imigrantes de segunda geração” – um *non sequitur* exemplar que lhes nega retoricamente a plena pertença à nação” (Jerónimo e Monteiro 2020: 43).

As autoras luso-africanas e portuguesas afrodescendentes, nascidas depois de 1974, refletem na sua produção literária não só questões identitárias em tempos pós-coloniais, decorrentes da combinação da sua vivência europeia com a sua ancestralidade africana, mas, muito significativamente, as que envolvem diversos aspetos da persistência de racismo estrutural na sociedade portuguesa. Luísa Semedo e Patrícia Moreira são duas das autoras afrodescendentes em cujas narrativas estas questões são centrais. Partilham percursos semelhantes: nascidas da imigração cabo-verdiana em Lisboa, cresceram nesta cidade e emigraram para França onde se qualificaram no ensino superior. Semedo continua a viver e a trabalhar em França, sendo Conselheira das Comunidades Portuguesas, mas Moreira regressou a Portugal onde reside. Constituem igualmente dois casos que escapam às evidências das estatísticas portuguesas. As comunidades negras, tendo representação significativa entre os residentes nos bairros sociais marginalizados – principalmente na Área Metropolitana de Lisboa (AML) – são também historicamente as mais atingidas pela precariedade laboral. Também por este facto, e utilizando o privilégio da visibilidade que tem conquistado no seu percurso profissional

---

construído em 1902, mas que foi extinto em 1926. Está, por conseguinte, ligada a um percurso de defesa da soberania portuguesa face a diversas invasões e intervenções militares externas que procuraram dominar Lisboa, o principal centro político, económico, populacional e administrativo do país, e faz parte da memória de uma história centrada no esforço de preservação da identidade portuguesa.

<sup>1</sup> Destaca-se, a este propósito, o trabalho de preservação da memória da imigração cabo-verdiana e a sua integração em Portugal, coordenado por Teresa Sales, no âmbito da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). Reunindo histórias e memórias de mulheres cabo-verdianas que imigraram para Portugal durante as décadas de 1970 e 1980 e de mulheres luso-cabo-verdianas nascidas em Portugal, que evidenciam a exposição a manifestações racistas, quer na reação ao nascimento de um filho, fruto de uma relação multiétnica (Sales 2020: 118) quer em generalizações sobre negros com a ressalva “mas tu és diferente, não fazes parte porque tens outro tipo de atitudes”, entre outros casos (Sales 2020: 124).



que escapa ao percurso de uma maioria não-branca, Luísa Semedo inclui regularmente na sua resenha biográfica o facto de ter vivido até aos 24 anos no bairro da Serafina; um bairro marginalizado junto ao Aqueduto das Águas Livres, em Lisboa, que, não sendo particularmente não-branco, foi o local de residência de muitos operários trazidos para a industrialização da capital, no início do século XX e o destino de muitos retornados e imigrados das ex-colónias.

Durante as décadas que se seguiram à Revolução do 25 de abril de 1974 e até à segunda década do século XXI, a autoria da literatura portuguesa consagrada representou os traumas pós-coloniais e imperiais que foram frequentemente construídos em torno da experiência da perda do império, da guerra colonial e do combatente e, mais recentemente, do retornado português branco. Embora alguns autores, tais como António Lobo Antunes e Lídia Jorge, representem ficcionalmente experiências da demografia portuguesa, etnicamente heterogénea, contrariando as visões lusotropicalistas sobre o império, quando as subjetividades negras não deixam de ser mediadas por uma consciência autoral portuguesa branca; *Memória de Elefante* (1979), *O Meu Nome é Legião* (2007), *A Costa dos Murmúrios* (1988) ou *A Noite das Mulheres Cantoras* (2011) são alguns dos muitos exemplos que a literatura portuguesa publicada depois de 1974 oferece a este respeito. Observe-se que as memórias coloniais de retornados brancos dos antigos territórios coloniais em África, tais como *Caderno de Memórias Coloniais* (2009) de Isabela Figueiredo e *O Retorno* (2012) de Dulce Maria Cardoso, chegaram ao mercado editorial português ligeiramente antes dos primeiros títulos de narrativas ficcionais de autores portugueses afrodescendentes e luso-africanos serem publicados em Portugal, facto que mostra o quão tardio constitui o aparecimento desta nova autoria e novas representações ficcionais e urgentes também para estimular uma real polifonia que reflita sensibilidades, memórias e experiências etnicamente diversas numa discussão sobre a pós-memória coletiva que é desejável que se torne verdadeiramente multidirecional (Rothberg 2009), ou seja, negociada no seio de uma comunidade demograficamente diversa ao invés de se configurar uma experiência-padrão nacionalizada em que as memórias e experiências negras são mediadas pela autoria branca.

Enquanto expressões da literatura-mundial, *O Canto da Moreia* e *As Novas Identidades Portuguesas* constituem narrativas que permitem uma leitura das relações entre centro e periferia em três níveis: são representações literárias sobre a modernidade portuguesa pós-colonial, construída em torno da ideia das relações sociais entre centro e periferia urbanas; centralizam



subjetividades, experiências e memórias das comunidades afrodescendentes, periféricas quer na construção da modernidade portuguesa, em sintonia com a modernidade europeia, quer na construção da memória coletiva pós-25 de abril; finalmente, os enredos narrativos conduzem a reflexões que resistem ao entendimento de que as desigualdades estruturais não tenham implicações sobre a construção da memória coletiva.

## 2. Desigualdades Combinadas e Pós-Memória

A presente secção analisa as representações de uma modernidade construída em torno da capital Lisboa em *O Canto da Moreia* e em *As Novas Identidades Portuguesas*, com o objetivo de destacar a perspetiva interseccional que ambas as narrativas assumem sobre uma construção que se fez a vários ritmos e com base em relações sociais desiguais.

*O Canto da Moreia* narra as memórias da história pessoal e familiar de Eugénio, nascido em Cabo Verde, que chega, jovem, de barco a Lisboa, na década de 1970, trazido pela mão de um padre e com a ambição de estudar na universidade. No entanto, condicionado pela vida e orientações deste padre, Eugénio estuda numa escola industrial, trabalha numa fábrica metálgica, constrói uma vida familiar conturbada com uma colega branca no bairro da Serafina, com episódios de violência doméstica motivados pelo seu alcoolismo, vive como sem-abrigo nas ruas de Lisboa e acaba por falecer no hospital sozinho, vítima de cirrose hepática, com pouco mais de 50 anos. *As Novas Identidades Portuguesas* narra as histórias paralelas de dois lusocabo-verdianos, netos de combatentes pela independência das ex-colónias africanas portuguesas, que se cruzam no final: a de Gregório, morador num bairro marginalizado em Miraflores, na periferia urbana de Lisboa, que se licencia em advocacia e consegue trabalhar numa firma de advogados; e a de Ivanilsa, atriz em ascensão, de classe média, que consegue um papel de atriz protagonista num filme que escapa aos estereótipos ficcionais da personagem negra.<sup>1</sup> As personagens de ambas as narrativas apresentam trajetórias diame-

---

<sup>1</sup> O bairro de Gregório é identificado como “bairro de Miraflores”. Na verdade, este bairro de construção informal foi conhecido como bairro da Pedreira dos Húngaros, sito junto a Miraflores, uma área residencial de classe média alta. O bairro existiu até 2003, altura em que a última habitação foi demolida, ao abrigo do Programa Especial de Realojamento. Foi local de residência de mais de 3000 pessoas negras (na sua maioria cabo-verdianos) desde a década de 1970. Atualmente, o terreno foi comprado pela imobiliária Índice Plural, com capitais chineses, para construção de edifícios residenciais para classe média alta. As comunidades que habitavam a Pedreira dos Húngaros foram realojadas num bairro social em Porto Salvo, localidade mais longe de Lisboa. As memórias da vivência neste bairro e a

tralmente opostas: Eugénio empreende um longo percurso, de Cabo Verde a Lisboa, rumo ao abismo, simbolicamente inscrito no título da narrativa, enquanto em *As Novas Identidades Portuguesas*, Gregório e Ivanilsa terminam integrados no sistema através da superação de vários silêncios sobre a memória colonial. Relembrando as palavras de Paulo Medeiros que enunciei no início, é na conciliação e partilha de memórias que o futuro se projeta, já que o silêncio e a profunda solidão conduzem ao abismo.

Em *O Canto da Moreia*, a modernidade portuguesa revela-se na transformação da paisagem urbana, assente na gentrificação do espaço urbano lisboeta. A fábrica metalúrgica, onde Eugénio trabalha até ser despedido, fecha ao fim de décadas de atividade, dando lugar a um “palacete”, “uma espécie de hotel de luxo” (Semedo 2019: 222). As condições de trabalho durante os anos do seu funcionamento são precárias e atentatórias da saúde dos trabalhadores, não obstante o bom ambiente de trabalho:

Para um ser humano de constituição equilibrada, o trabalho na fábrica era penoso e intenso. Eugénio temia perder a audição naquele barulho infernal enquanto ia ganhando músculo e mãos com o ofício físico. A secção das Grandes Máquinas era a mais dura e os operários das ‘GMs’ eram admirados pelos demais. (Semedo 2019: 85).

Ao meio-dia em ponto, a sirene, de tom severo para os ouvidos, mas de aprazível e salivante efeito pavloviano para as conexões nervosas, ouvia-se em toda a fábrica e os operários dirigiam-se expeditos para a cantina. Usufruíam de uma hora para comer, ida e volta incluídas. O refeitório da fábrica encontrava-se num pequeno edifício do outro lado da rua. (Semedo 2019: 91).

Em *As Novas Identidades Portuguesas*, Djamila, namorada de Gregório, descreve as suas condições laborais enquanto empregada de uma loja de roupa, podendo estabelecer-se uma linha de continuidade na exploração capita-

---

experiência do realojamento, como experiência traumática, podem ser lidas online em: de Sousa, Ana Naomi e Guterres, António Brito. 2021. “Lisbon’s rehousing policies lose the life of the neighbourhoods they demolish”. A não-identificação do bairro da Pedreiras dos Húngaros, conhecido como um dos maiores bairros deste tipo na AML, remete para a ficção a invisibilização da inscrição da memória deste e de outros bairros similares na história da construção da cidade moderna e cosmopolita. O arrasamento sistemático destes bairros e compulsivo realojamento para áreas mais longínquas do centro da capital que, por sua vez, tem contado com a força de uma mão de obra não qualificada maioritariamente oriunda destes bairros, inscreve-se num *continuum* histórico de invisibilização das minorias étnico-raciais na pós-memória do passado colonial e na construção da modernidade portuguesa.

lista neoliberal, assente na precariedade dos mais vulneráveis, entre as décadas de 80, descritas em *O Canto da Moreia*, e as primeiras décadas de 2000:

Sujeito-me eu, sujeitam-se os meus colegas, sujeitamo-nos todos. É assim que as coisas funcionam na nossa loja e em muitas outras. A loja fecha à meia-noite, e temos, somente trinta minutos remunerados depois do fecho para terminar tudo o que tem de ser feito para uma boa abertura na manhã seguinte. [...] Se sairmos antes de finalizar todas essas tarefas, muito provavelmente, sofreremos as represálias no dia seguinte. (Moreira 2020: 61-2).

Ao bairro da Serafina, microcosmos de hospitalidade e onde a precariedade emerge em nuances várias, também chegam ecos da modernidade urbana: é o caso da “taberna familiar” do Senhor Alziro, local central de “confraternização informativa” neste bairro (Semedo 2019: 68):

A modernidade chegou pouco a pouco à taberna que foi sendo dessa feita, nobilitada na hierarquia dos comércios de proximidade. Com a diversificação da oferta dos produtos disponíveis ao consumo, passou de taberna a mercearia. Quando, enfim, foi abrilhantada com uma máquina de compor bicas e galões e com uma mesa de pedra branca, ideal para o barulho das quilhas do dominó dos jogadores mais expansivos, acompanhada por quatro desconfortáveis bancos em madeira, elevou-se ao supremo estatuto de café-mercearia. (Semedo 2019: 68).

Contudo, ao contrário da evolução da taberna em café-mercearia, as habitações no bairro degradam-se ao longo dos anos, sendo a descrição da casa de família de Eugénio paradigmática a este respeito (“a *casa jeitosa* transfigurou-se numa espécie de embarcação naufragada” (Semedo 2019: 45), particularmente o apontamento sobre as escadas exteriores que conduzem à porta de entrada da casa, “escanzeladas, detentoras de um ângulo que desafia as leis da gravidade” (Semedo 2019: 16), que proporcionam episódios de queda com todos os membros da família e desencorajam visitas de estranhos e vizinhos:

Ao contrário do que a proprietária havia prometido, as escadas de ferro nunca foram substituídas. Em décadas de existência, tiveram direito a uns cirúrgicos remendos soldados e adoeceram de efemeridade eterna, sem conhecer o mundo, no retiro onde deveriam somente ter vivido a infância. (Semedo 2019: 17).

Ao contrário do bairro da Serafina, no de Miraflores, em *As Novas Identidades Portuguesas*, um “bairro clandestino”, “ocupado por emigrantes das ex-colónias africanas” (Moreira 2020: 41), destaca-se a imagem exterior de insegurança, manifestada no receio de Afonso, filho do homem que fundou a firma de advogados onde Gregório trabalha, em acompanhar o subordinado e amigo a casa deste: “Chegamos, sinto o receio do Afonso em entrar no bairro social mais famoso, não pelos melhores motivos, dos arredores de Lisboa. – É seguro? Pergunta. – Nunca te traria aqui se não fosse seguro.” (Moreira 2020: 111). Na periferia, estes traços assumem a forma do estigma da insegurança identificada étnico-racialmente, identificando bairros como “problemáticos”, “críticos” ou de “intervenção prioritária” nos discursos mediáticos e das instituições políticas” (Raposo et al 2019: 10). Esta caracterização contrasta, aliás, com descrições sobre a génese destes bairros, algo que a narrativa de Moreira reflete, sugerindo a criminalização do espaço pobre, etnicamente diverso como fenómeno neocolonial emergente na modernidade portuguesa pós-colonial:

Os meus pais relatam que este bairro, de má reputação nos dias que correm, já foi um local bastante pacífico. Recordam as semelhanças com Cabo Verde, as portas das casas abertas do nascer ao pôr do sol, os moradores tiravam os seus cochilos à tarde com as portas e as janelas abertas. As crianças subiam e desciam as ladeiras nas suas brincadeiras, era troca de condimentos entre os moradores, e todos podiam contar com todos. Essa solidariedade mantém-se, mas a insegurança instalou-se. (Moreira 2020: 41-42).

A construção da cidade moderna europeia é um projeto de uma elite neoliberal. O tempo da expectativa terminou, sendo o presente com a instabilidade que a ele se associa um espelho da frustração de expectativas de cidadania integrada; isto, aliás, é algo que se encontra presente na viagem pela Europa que Johny Pitts descreve no seu *Afropeu*: “Crescemos e os nossos pais nunca têm tempo para nós, porque estão a trabalhar arduamente para o futuro, mas esse futuro não chega” (2022: 411). Em *As Novas Identidades Portuguesas*, a imagem exterior do bairro é contrariada pelo enredo narrativo: a vida geral do bairro assemelha-se à vida nas casas no bairro de classe média onde Ivanilisa e a mãe residem, distinguindo-se pela coesão familiar aliada à preservação da tradição cabo-verdiana no espaço doméstico. Por outro lado, a boa vizinhança e solidariedade são características agregadoras que estão no cerne da vida comunitária nos bairros da Serafina e de Miraflores, enquanto bairros marginalizados, e que se concretizam na partilha comunitária de

cuidado e na liberdade de movimentos dentro da comunidade.

A desumanização transversal estimulada pelo sistema capitalista neoliberal sublinha desigualdades estruturalmente sistêmicas, em que a meritocracia “não considera o estatuto social, a condição financeira, a rede de amigos e as oportunidades como fatores que podem contribuir para o sucesso” (Moreira 2020: 107). Enquanto na narrativa de Semedo, a fábrica é gerida por um dos filhos do proprietário, “racista, machista e tem a mania que é bom, só por ser filho do patrão e por ter um canudo de uma universidade qualquer” (Semedo 2019: 80), na narrativa de Moreira, a firma de advogados em que Gregório trabalha é gerida por Afonso que continuou o trabalho do pai que, no passado, com, “um grupo de amigos e alguns familiares que partilhavam a mesma profissão [...] decidiram abrir em conjunto um escritório de advocacia, com cada sócio representando a sua área especialização em direito” (Moreira 2020: 95). Por sua vez, em *O Canto da Moreia*, as oportunidades e as expectativas são continuamente negadas aos operários que acumulam frustrações e desencantos até ao fim da sua vida ativa, conduzindo a uma pulverização destas personagens. Todos, sem exceção, desaparecem ou ficam sós: é o caso do Canhão, “um homem sábio, desconhecido do mundo” de quem nada se sabe porque a polícia veio buscá-lo à fábrica e não tivemos mais notícias” (Semedo 2019: 221); do Rouxinol que morre “com uma doença má” (Semedo 2019: 222) e, malgrado ter sido benquisto por todos em vida, assistem ao seu funeral poucas pessoas; ou de Lucília, cunhada e melhor amiga de Eugénio, que, reformada, recorda com o amigo, já hospitalizado, os sonhos perdidos:

– Lembras-te de quando falávamos de viagens? Ir ao Brasil, à Austrália, a Nova Iorque. O mais longe que fui foi ao Porto comer tripas, meu amigo. Bem boas, as gajas!

– És engraçada. Claro que me lembro, e voltar a Cabo Verde. O mais longe que fui foi uma vez à Serra da Estrela, estava a tua irmã grávida da Emília. (Semedo 2019: 223).

No sistema capitalista, que proporciona oportunidades sociais desiguais de futuro e em que o mérito é tendencialmente cego aos desequilíbrios e vulnerabilidades sociais, os destinos de Eugénio, Gregório e Ivanilsa resultam dessas fragilidades: a vida de Eugénio, operário, tornado sem-abrigo e alcoólico, degrada-se até à morte precoce, enquanto Gregório, de um bairro social, licencia-se com esforço e consegue um emprego e relação estáveis; Ivanilsa, de família de classe média, conquista com persistência o papel de

atriz-protagonista não racialmente estereotipada que ambicionou, embora sem promessa de continuidade, ao mesmo tempo que mantém um casamento estável.

Todas estas personagens, sem exceção, enfrentam o peso da sua etnicidade como um obstáculo desumanizante que se acrescenta às dificuldades que o sistema capitalista já impõe e que se manifesta diversamente: no comentário jocoso entre vizinhos (“Ainda bem que a carapinha lhe amorteceu a queda” (Semedo 2019: 19)); na inferiorização do espaço africano (“se calhar tinha mais hipóteses por lá, o quinto ano português deve valer o quê? Um décimo segundo? Um diploma universitário em Cabo Verde?” (Semedo 2019: 79)); na negação de pertença (“Mas porque não volta para a sua terra” (Semedo 2019: 79)); no estereótipo étnico (“Dava-nos jeito ter mais africanos fortes como o Eugénio” (Semedo 2019: 79)); nas dificuldades em alugar casa (Moreira 2020: 50) ou em obter reconhecimento pelas aptidões demonstradas (“Acreditava ele que eu havia copiado no teste, que aquela nota não era resultado do meu conhecimento” (Moreira 2020: 32)).

A análise conjunta destas narrativas permite igualmente identificar uma variável que impulsiona as personagens para o abismo ou para o sucesso: a forma como os protagonistas se assumem como sujeitos agenciadores da pós-memória do passado colonial, contrariando o seu silenciamento na memória coletiva; por outras palavras, a possibilidade de poderem fazer parte de uma partilha de memória coletiva a várias vozes e, deste modo, se assumirem como resistência ao olvido. É esta variável que exploramos na secção seguinte.

### **3. Silêncio e Agenciamento como Resistência**

Eugénio é, em *O Canto da Moreia*, uma personagem complexa que metaforiza a resistência ao sistema capitalista neoliberal, neocolonial e patriarcal, ao mesmo tempo que a sua morte representa, na narrativa, a urgência sobre uma discussão necessária sobre memória coletiva e identidade pós-coloniais portuguesas. Proporciona, por isso, um olhar literário amargo sobre a realidade pós-colonial sobre a não validação de outras formas de sentir e de outras vozes que compõem o tecido social pós-colonial, parafraseando as palavras de Khan citadas no final da introdução do presente artigo.

Filho de um amor proibido entre os cabo-verdianos Emília, de família de posses médias, e de Edgar, de família desfavorecida, é educado no seio da cultura patriarcal, na qual a mãe é casada à força com o padrasto, cabo-

verdiano de origem angolana e um agressivo capataz de uma propriedade de colonos portugueses na Praia. A frase “Eu sou o Eugénio”, que repete constantemente em público, é a expressão de uma ilusória excecionalidade individual que se esvazia em Lisboa, com o Tejo como cenário.<sup>1</sup> Eugénio é um assimilado à semelhança de outros que, na ficção portuguesa, ganharam pela primeira vez protagonismo em *Luanda, Lisboa Paraíso* (2018) de Djaimilia Pereira de Almeida, com Cartola, reunindo igualmente características que encontramos em outras personagens negras nas narrativas de Almeida, tais como Aquiles, filho de Cartola, ou Vitória, protagonista de *Essa dama bate bué* (2018) de Yara Nakahanda Monteiro, em que figuram questões que envolvem sentimentos de desenraizamento.

Desde o início, quando chegado com o Padre Chico à capital portuguesa (“acolhidos por uma Lisboa coberta de um céu azul-desconhecido” (Semedo 2019: 27)), Eugénio confronta-se com o despojo da privacidade (“Foi-lhe atribuído, como espaço pessoal, a partilha do exíguo quarto do Padre Chico” (Semedo 2019: 27)) e com o desvio dos seus planos iniciais de desenvolvimento pessoal (“Eugénio, cada coisa de cada vez, por agora acabas o quinto ano, encontras trabalho e depois, quando fores independente, continuas os estudos” (Semedo 2019: 29)), sem que lhe seja dado poder de decisão. Deixando progressivamente de ser sujeito agenciador do seu destino, este é determinado por terceiros e pelas circunstâncias porque “raramente a vida é como nos livros e os livros como a vida” (Semedo 2019: 29). A condição de homem casado e pai de família dá-lhe a ilusão de integração na estrutura social, conferindo-lhe aparentes respeitabilidade e agenciamento de “homem português coerente e assimilado” (Semedo 2019: 48), integrado numa estrutura patriarcal historicamente transversal à sociedade portuguesa e ao seu passado colonial, que parece colmatar ao não direito à sua subjetividade sendo reconhecido como não-português, “mas naturalizado” (Semedo 2019: 79):

Na rua era prestimoso palhaço alegre, em casa, usufruía das usuais imunidades domésticas, prerrogativas do rei macho. [...] A sua ausência nas lides e

---

<sup>1</sup> Numa observação que não pode deixar de ser marginal à análise da frase “Eu sou o Eugénio”, a memória do ator luso-guineense Bruno Candé, assassinado por um ex-combatente da Guerra Colonial em 2019, ficou assinalada num mural no Bairro do Condado, bairro social onde residiu, em Lisboa, com a frase: “Eu tinha dado tudo para dar errado, mas eu sou o Bruno Candé” (itálico meu). Frase que repetira várias vezes em vida e que revelou até que ponto a subjetividade pós-colonial se revela um equívoco no seio de desequilíbrios do sistema-mundial, num tempo em que as identidades plurais em espaços pós-coloniais colidem com silêncios normalizados sobre o passado colonial.



labutas familiares tinha como natural contrapartida o usufruto gracioso e incontestado, na mesa e na cama, de comida e roupa lavada. [...] Das suas rigidezes, para além da carne de cavalo, faziam parte a ida à missa da meia-noite no Natal, a ausência de bâton nos lábios de Laura porque “é para as putas”, o noticiário e a bola quando se encontrava em casa, apesar do protesto das crias, e ainda a quotidiana lavagem dos dentes. (Semedo 2019: 51).

A construção desta personagem constrói-se a partir do modelo patriarcal estruturante para o sistema capitalista. O seu desempenho como delegado sindical da fábrica, na luta pela melhoria das condições de trabalho, constitui um exercício de masculinidade que lhe permite, no exercício deste privilégio, denunciar as desigualdades sociais. Ao lembrar ao dono da fábrica que este se encontra diante de alguém que é “pobre e negro” (Semedo 2019: 101), a personagem acentua a forma como a racialização agrava a diferenciação social, uma condição estrutural que lhe dificulta alcançar sucesso semelhante ao do superior. São as condições estruturais que determinam que, para os trabalhadores, o fim de um conflito laboral, motivado pela reivindicação atendida de segurança melhorada no trabalho, “um dever” e não “um favor” como frisa Eugénio, equivale a “voltar à simplicidade do reconfortante quotidiano” (Semedo 2019: 102), ou seja, a manutenção de posto de trabalho potencialmente frágil.

Contudo aquele mesmo privilégio não o salva da queda na hierarquia social porque será sempre percebido como não-nacional e pobre e, por isso, relegado para as margens do sistema: quando a família o expulsa de casa e passa à condição de sem-abrigo estrangeiro (“De senhor passara a estrangeiro” (Semedo 2019: 13)). Como sem-abrigo e no dia em que se comemora o 30º aniversário da Revolução dos Cravos, Eugénio faz um longo percurso a pé que vai da Assembleia da República até à Praça do Comércio que, ao som das canções de intervenção de Zeca Afonso que se ouvem pelas ruas, constitui igualmente uma viagem ao passado, quando “tinha tido o privilégio de viver, em Lisboa, a euforia da revolução de 74” (Semedo 2019: 120), mas que o tempo da economia neoliberal mostra como os anseios iniciais de igualdade se converteram em produtos que se exibem e vendem em dia de festa: “jovens que exibiam t-shirts de um Che de barbas” (Semedo 2019: 120); “a senhora das pipocas doces ou salgadas a um euro e meio o pacote em papel, a criançada a choramingar pelos balões de hélio do homem-aranha” (Semedo 2019: 121). Na Praça do Comércio, com vista para o Tejo, festeja-se o 25 de abril, mas deambulam também os que permanecem à margem da democracia neoliberal, maioritariamente estrangeiros e pobres: Amílcar,

cabo-verdiano da ilha do Fogo que, como ele, frequenta o refeitório social; Juan, venezuelano abandonado pela mulher portuguesa em Lisboa; e Óscar, ex-alcoólico e fadista são a expressão de uma multiculturalidade invisibilizada na capital moderna. O rio, porta de entrada de Lisboa para Eugénio, é o mesmo que parece que se fecha para ele e para vários como ele, numa cidade que não acolhe e os deixa ao abandono, na periferia do sistema; pessoas “nafragadas” em terra firme, à semelhança das casas ao abandono nos bairros marginalizados. Se em *Luanda, Lisboa, Paraíso*, no final, Cartola encara de frente um rio que parece não querer olhá-lo a direito e atira-lhe a cartola recém-comprada num gesto derradeiro de desesperança antes de se misturar na multidão, Eugénio, em delírio alcoólico, sabe que a capital é um labirinto que não lhe oferece alternativa de saída: “o rio que inicialmente se apresentava à frente, parecia-lhe agora estar atrás” (Semedo 2019: 125).

A derrota marca Eugénio desde o início da narrativa. A narrativa representa as memórias de alguém que está hospitalizado, em estado terminal e impotente perante um sistema maior do que as suas forças: “Concluo que não serei eu a mudar o mundo. Este mundo que de mim desertou” (Semedo 2019: 12). A construção ficcional do protagonista assenta no sentimento de orfandade que, mais do que um mero traço ficcional, é uma condição que conjuga exploração e desenraizamento, malgrado as décadas de vivência no país. Neste aspeto, Eugénio junta-se a Aquiles ou Vitória, de *Luanda, Lisboa, Paraíso* e *Essa Dama bate bué*, respetivamente, como personagens que, órfãos da história, experienciam a perda e o desenraizamento, à semelhança de outras narrativas pós-coloniais portuguesas (Ferreira 2021). No caso de Eugénio, o sentimento de orfandade constrói-se em torno da separação da família, do crioulo que esquece ao longo dos anos, a memória de Cabo Verde que se resume à cachupa saboreada ocasionalmente, da ausência de notícias dos familiares espalhados pelo mundo e, muito significativamente, na impossibilidade de partilha de laços num silêncio autoimposto que criam no protagonista uma solidão interior que se extrema na progressiva deterioração do corpo, mostrada na magreza acentuada, nas mãos magras e manchadas e no corpo debilitado pela bebida. Um olhar amargo sobre as margens de uma modernidade pós-colonial construída sobre periferia, exclusão e silenciamento.

Ao contrário de *O Canto da Moreia*, que nos oferece uma perspetiva desencantada sobre a modernidade e um canto de sereia conducente ao abismo, em *As Novas Identidades Portuguesas*, o sucesso do percurso dos protagonistas não se mede pela capacidade de integração no sistema capitalista, mas

pela forma como esta é mediada pela superação de silêncios; no agenciamento efetivo dos sujeitos de pós-memória, a comunidade fortalece-se. Duarte é a personagem que, na narrativa, torna possível esta superação. Antigo combatente nas lutas de libertação africanas, Duarte cuja condição de doente idoso com Alzheimer metaforiza a fragilizada memória de um passado recente em perigo cuja vulnerabilidade marcada pelo seu silenciamento, e recorrente em várias narrativas cujos autores nasceram depois de 1974 e para quem o conhecimento sobre o passado revolucionário recente pode oferecer pistas para uma percepção do presente.<sup>1</sup>

Marcado pela senilidade, Duarte conta a Gregório e a Ivanilsa, durante uma festa de casamento que, durante as guerras de libertação, fora levado para o Tarrafal, se evadira e fora ferido. Acolhido e tratado pela avó de Gregório, revela que fora camarada de armas dos avós das personagens, estabelecendo nexos entres estas. A revelação desta memória é o momento da quebra dos silêncios que rodearam as infâncias de Gregório, Ivanilsa e também de Afonso. Gregório fica a conhecer a história de um avô, cuja decisão de imigração para Portugal explica a sua própria existência como luso-cabo-verdiano, Ivanilsa conhece a história de um avô sobre o qual pouco sabia, Afonso aprende um pouco mais sobre o pai para além dos sucessos profissionais que lhe permitiram beneficiar da vantagem de poder ter uma firma de advogados própria. A revelação sobre este passado mostra igualmente que, não obstante a partilha de uma experiência comum no passado, os percursos destas famílias construíram-se nas desigualdades simultâneas: Duarte desenvolveu uma carreira profissional, sustentada nas oportunidades que o seu próprio estatuto social salvaguardou, o avô de Gregório recebeu uma proposta de trabalho na construção civil em Lisboa em 1976 e imigrou com a mulher, a matriarca da família, para morar num bairro informal nos arredores de Lisboa e Ivanilsa, neta da imigração cabo-verdiana de classe média da década de 80 sobre a qual pouco sabe, descobre sentidos a partir das história

---

<sup>1</sup> A figura do familiar idoso cuja memória está por um fio para dar conta da urgência de ações de resistência no passado cuja preservação memorial se presente em perigo está presente na produção literário-artística da segunda década do século XXI, particularmente a que foi publicada ou filmada em tempos de crise: o pai do protagonista, doente e paralisado, internado no hotel-clínica Descanso Feliz em *O Verdadeiro Ator* (2011), de Jacinto Lucas Pires; o pai quase senil do protagonista em *Anatomia dos Mártires* (2011), de João Tordo; e no cinema, a avó do protagonista, quase senil e prestes a entrar para um lar, em *Águas-Mil* (2009) de Ivo M. Ferreira. São estas personagens que, num esforço derradeiro de exercício de memória individual, fornecem pistas importantes aos jovens protagonistas sobre o passado revolucionário português que desconhecem e os fazem entender desconfortos no presente.

contadas pelos pais que lhes permitem sentir em relação a Gregório que “somos parentes. O meu coração assim já o acolheu” (Moreira 2020: 117). Ao contrário do solitário Eugénio, as personagens cabo-verdianas em *As Novas Identidades Portuguesas* apoiam-se em redes familiares que lhes asseguram pertença cultural, apesar de serem o *outro* na sociedade portuguesa assente na prática sistemática de “exponenciação de fatores simbólicos na afirmação e na construção identitárias” (Mata 2006: 296). Marianne Hirsch lembra-nos que a pós-memória, ou seja, a transmissão de memórias traumáticas, através de histórias, fotografias ou por outros meios técnicos, entre gerações, é fundamental para que a geração seguinte possa ter meios de lidar com os efeitos do trauma passado que persistem no presente (Hirsch 2012: 5, 15). No âmbito do estudo da memória coletiva, Rothberg reconhece na pós-memória, conforme explorada por Hirsch, a possibilidade de esta se constituir uma versão particular da multidireccionalidade da memória que implica, num plano mais alargado, a negociação de memórias a várias vozes dentro da comunidade (Rothberg 2009: 308). E é precisamente nesta intersecção que se pode configurar a forma como a transmissão e a partilha de memórias entre os vários núcleos familiares dentro de uma mesma comunidade em *As Novas Identidades Portuguesas* poderá assegurar a representatividade polifónica na construção da memória coletiva portuguesa e, conseqüentemente, do reconhecimento da fluidez identitária pós-colonial.

### Considerações Finais

É inevitável não pensar no título *As Novas Identidades Portuguesas* sem recordar a formulação do título *Novas Cartas Portuguesas* (1972), de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, e no que esta obra constituiu como denúncia do silêncio simbólico das vozes das mulheres e na reivindicação do seu espaço de fala, invisibilizado na estrutura patriarcal socialmente hegemónica. No século XXI, o título da narrativa de Patrícia Moreira chama a atenção para “o *dever* de respeitar a história e o *ser* de uma realidade que se vai fazendo de heterogeneidades” (Mata 2006: 288, itálico no original), visibilizando através do uso do plural o que foi historicamente ocultado no singular, negando uma homogeneização de identidades e vozes; conforme se afirma nesta narrativa, “Atualmente, a cidade é uma mistura de povos, cheiros, sabores, cores e sons que contribuíram para as mudanças da identidade portuguesa. Portugal tornou-se numa mescla de identidades de culturas” (Moreira 2020: 123). Iria mais longe ainda: o reforço mais re-

cente da heterogeneidade demográfica portuguesa tornou mais visível essa mescla secular, resultante do “processo histórico que foi o *destino atlântico português*” (Mata 2006: 288, itálico no original), que fora subsumida por preocupações de uma maioria em torno da definição de uma identidade português alinhada com uma certa ideia hegemónica de Europa branca, mas para cuja construção foi imprescindível o esforço de “comunidades marginalizadas que lutam nos arredores das cidades” (Pitts 2022:19). A representação das personagens como sujeitos históricos, participantes na partilha de memórias não serão uma visão alternativa ao sistema-mundial; mas constituem uma proposta que configura a possibilidade de reparação histórica na pós-colonialidade portuguesa que assenta na negociação de subjetividades e memórias, podendo contribuir para desagrarar desequilíbrios. Ao contrário de *O Canto da Moreia, As Novas Identidades Portuguesas* apresenta um final genericamente feliz, ainda que possa resvalar para a utopia social, e que inclui uma promessa de se escrever um livro sobre racismo para a geração que nasce agora, constitui uma visão de uma periferia que não deseja integrar-se no centro desta modernidade europeia, tal como está visivelmente configurada, sem a negociação da memória coletiva e da superação de silêncios alienadores, os únicos caminhos que nos conduzem a um futuro de partilha.

A leitura conjunta de *O Canto da Moreia* e de *As Novas Identidades Portuguesas*, enquanto expressões da literatura-mundial, permite pensar a forma como as desigualdades combinadas inerentes à construção da modernidade portuguesa moldam a construção da memória coletiva. Proporcionando dois desfechos opostos, as narrativas configuram duas formas de estética de resistência literária, articuladas em torno do silenciamento da memória coletiva: por um lado, a sua representação como abismo final; por outro lado, a sua superação através da negociação de memórias numa mesma comunidade, mais ou menos alargada. Ao configurar a urgência da inscrição da memória, as narrativas mostram até que ponto a literatura se torna fundamental para, numa discussão mais alargada, refletir sobre reparação de dinâmicas identitárias pós-coloniais.

### Referências bibliográficas

Alves, Ana Rita. 2021. *Quando Ninguém Podia Ficar: Racismo, Habitação e Território*. Lisboa: Tigre de Papel.

Buettner, Elizabeth. 2016. *Europe after Empire: Decolonization, Society, and Empire*. Cambridge: Cambridge University Press.

Eurocid. 2020. “Imigração e emigração em Portugal”. Centro de Informação Europeia Jacques Delors. Internet. Disponível em <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/imigracao-e-emigracao-em-portugal> (consultado em 2 de junho de 2022).

Góis, Pedro. 2008. “Introdução: Entre *Janus* e *Hydra de Lerna*: As Múltiplas Faces dos Cabo-Verdianos em Portugal”. In: Pedro Góis (Org.). *Comunidades Cabo-Verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Internet. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/43588/1/Entre%20Janus%20e%20Hydra%20de%20Lerna.pdf> (consultado em 10 de junho de 2022).

Ferreira, Patrícia Martinho. 2021. *Órfãos do Império: Heranças Coloniais na Literatura Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Franco, Carolina. 2020. “Patrícia Moreira. “*As Novas Identidades Portuguesas* são os povos que vivem com a cultura portuguesa mas têm uma outra em casa”. *Gerador*. 22 de dezembro. Internet. Disponível em <https://gerador.eu/patricia-moreira-as-novas-identidades-portuguesas-sao-os-povos-que-vivem-com-a-cultura-portuguesa-mas-tem-uma-outra-em-casa/> (consultado em 10 de junho de 2022).

Gorman, Amanda. 2022. *O Que Carregamos Em Nós*. Trad. Carla Fernandes. Lisboa: Editorial Presença.

Henriques, Isabel Castro. 2021. *Roteiro Histórico de uma Lisboa Africana: Séculos XV-XXI*. Lisboa: Colibri.

Hirsch, Marianne. 2012. *The Generation of Postmemory: Writing and Visual Culture After the Holocaust*. New York: Columbia University Press.

Jerónimo, Miguel Bandeira e Monteiro, José Pedro. 2020. *História(s) do Presente: Os Mundos que o Passado nos Deixou*. Lisboa: Tinta da China.

Khan, Sheila. 2016. *Portugal a lápis de cor. A Sul de uma pós-colonialidade*. Coimbra: Almedina.

Lugarinho, Mário César, de Medeiros, Paulo, e Santos, Emanuelle Rodrigues dos. 2021. “A literatura-mundial e o sistema-mundial moderno”. In: *Via Atlântica*, 1-40. São Paulo: Programa de Pós-Graduação de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, pp. 7-12.

Mata, Inocência. 2006. “Estranhos em Permanência: a negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade”. In: Manuela Ribeiro Sanches (Org.). *Portugal não é um país pequeno: contar o “império” na pós-colonialidade*. Lisboa: Livros Cotovia, pp.285-315.

Medeiros, Paulo de. 2010. “Ghosts and Hosts: Memory, Inheritance and the Postimperial Condition”. In: *Diacrítica*, 24-3. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, pp. 201-214.

Moreira, Patrícia. 2020. *As Novas Identidades Portuguesas*. Lisboa: Chiado Books.

Pitts, Johny. 2022. *Afropeu: A diáspora negra na Europa*. Trad. Bruno Vieira do Amaral. Lisboa: Temas e Debates.

Raposo, Otávio, Alves, Ana Rita, Varela, Pedro and Roldão, Cristina. 2019.

“Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa.” In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 119, pp. 5-28, <https://doi.org/10.4000/rccs.8937>.  
Rothberg, Michael. 2009. *Multidirectional memory: Remembering the Holocaust in the age of decolonization*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press.

Sales, Teresa (Coord.). 2020. *Histórias e Memórias de Mulheres de Cabo Verde em Portugal*. Publicação no âmbito do projeto com o mesmo nome. Lisboa: União de Mulheres Alternativa e Resposta – História e Memória.

Semedo, Luísa. 2019. *O Canto da Moreia*. Porto: Coolbooks.

Sousa, Ana Naomi e Guterres de, António Brito. 2021. “Lisbon’s rehousing policies lose the life of the neighbourhoods they demolish”. In: *The Architectural Review*. 6 janeiro. Internet. Disponível em [https://www.architectural-review.com/essays/city-portraits/pushed-to-the-periphery-lisbons-policies-of-demolition-and-rehousing?fbclid=IwAR30wUsA6RbaM4gGgUEwcNB7N4BZOakKg87ye9Tu\\_--JneGBiCiShAwpkY](https://www.architectural-review.com/essays/city-portraits/pushed-to-the-periphery-lisbons-policies-of-demolition-and-rehousing?fbclid=IwAR30wUsA6RbaM4gGgUEwcNB7N4BZOakKg87ye9Tu_--JneGBiCiShAwpkY) (consultado em 10 de junho de 2022).

WReC (Warwick Research Collective). 2015. *Combined and Uneven Development: Towards a New Theory of World-Literature*. Liverpool: Liverpool University Press.